



EDIÇÃO Nº 74 | DISPONIBILIZAÇÃO: Segunda-feira, 4 de maio de 2026 | PUBLICAÇÃO: Terça-feira, 5 de maio de 2026

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3

Edifício Adail Belmonte

Brasília - DF - CEP: 70070-600

Telefone: (61) 3366-9100

www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....	1
Secretaria Geral.....	28
Plenário.....	30

PRESIDÊNCIA**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

7ª Sessão Ordinária de 2026

Data: 12/05/2026

Horário: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 6ª Sessão Ordinária (28/04/2026).

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2025 (18/03/2025)

1) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00359/2024-06

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Advogados: Ana Paula Alves Magno – OAB/SP nº 359.103; Levy Emanuel Magno – OAB/SP nº 107041

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Processo Administrativo Disciplinar. Apuração de descumprimento de deveres funcionais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00356/2023-47. Portaria CN-CODI nº 12/2024.

Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2026 (10/02/2026)

2) Reclamação Disciplinar nº 1.00685/2024-23 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso

Advogados: Frederico Manoel Sousa Alvares – OAB/GO n.º 51805; Lorena Leite Martins – OAB/GO n.º 64746

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Goiás

Vista: Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Processos com pedido de vista cancelado em razão do término do mandato do vistor

3) Proposição nº 1.00393/2019-23

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Distrito Federal

4) Proposição nº 1.00281/2021-97

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Vedações impostas aos membros do Ministério Público brasileiro, em razão do exercício do cargo, consolidando as Resoluções nº 5/2006; nº 8/2006; nº 16/2007; nº 18/2007; nº 73/2011; nº 132/2015; nº 133/2015; nº 144/2016; e nº 224/2021.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

PROCESSOS REMANESCENTES

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2026 (27 e 28/01/2026)

5) Proposição nº 1.00892/2024-88

Requerente: Cíntia Menezes Brunetta

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2026 (10/03/2026)

6) Proposição nº 1.01324/2025-02

Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Adoção de medidas que fortaleçam a atuação dos Ministérios Públicos da União e dos Estados nos casos de violência política de gênero, visando consolidar uma cultura jurídica que reconheça e garanta os direitos de todas as mulheres nos espaços relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas.

Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Origem: Distrito Federal

7) Proposição nº 1.01365/2025-44

Requerente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017, para adequá-la à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas em concursos públicos, e revoga dispositivos em desconformidade com a nova legislação.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2026 (28/04/2026)

8) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00590/2024-64 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público Federal

Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Carlos Mohn Roller – OAB/DF n.º 62.938

Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República

Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Processo Administrativo Disciplinar. Adoção de providências cabíveis em face das irregularidades de que tiver conhecimento ou que ocorrerem nos serviços a seu cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00518/2023-47. Portaria CNMP-CODI/CN nº 20/2024.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

9) Proposição nº 1.01328/2025-27

Requerente: Ivana Lucia Franco Cei

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui o Código de Ética das Ouvidorias do Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Distrito Federal

10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01560/2025-47

Requerente: Igor Cesar Rodrigues dos Anjos

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Pedido de desconstituição e/ou revisão dos atos administrativos exarados pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará e pela 139ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, nos autos do Inquérito Policial nº 111-136/2023 (e-SAJ nº 0204412-30.2023.8.06.0296).

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Ceará

11) Conflito de Atribuições nº 1.00202/2026-34

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Processo SIS n.º 0161.0000030/2026 (MPDFT 08192.229797/2025-93). Representação encaminhada pela ANVISA, noticiando a comercialização irregular do medicamento Tirzepatida (Mounjaro), por meio de perfil da rede social Instagram, sem registro sanitário e em desacordo com a legislação.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: Distrito Federal

12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00218/2026-00

Requerente: Federação Brasileira de Identificação Veicular – Febraive

Advogado: Marcio Alexandre Dias da Silva – OAB/RJ n.º 119076

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Notícia de Fato n.º SIMP Nº 005033-426/2025. Decisão de indeferimento de instauração de procedimento, por parte do representante ministerial. Negativa de trânsito de recurso administrativo interposto.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Piauí

13) Pedido de Providências nº 1.00280/2026-93

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Tocantins

Advogada: Camilla Miranda do Nascimento – OAB/TO n.º 8094

Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins

Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 2025.0010585. Controle do acórdão proferido pelo Conselho Superior (CSMP/TO), que manteve o arquivamento.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Origem: Tocantins

14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00369/2026-22

Requerente: Paulo Cesar Rubio

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Anulação do julgamento da Notícia de Fato nº 01.2026.00002778-7, realizado pelo Conselho Superior. Vício de fundamentação e cerceamento de defesa. Determinação de novo julgamento com garantia de sustentação oral. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Santa Catarina

Processos desta Sessão (12/05/2026)

15) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00917/2024-25 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Sigiloso

Advogado: Erick Venâncio Lima do Nascimento – OAB/DF n.º 19959

Interessado: Sigiloso

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Violação de deveres disciplinares. Prática de ato incompatível com o decoro do cargo. Falta de zelo pelo prestígio dos Poderes da União, do Estado e dos Municípios, bem como das funções essenciais à Justiça. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00763/2024-62. Portaria CNMP-CODI/CN nº 35/2024.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Acre

16) Proposição nº 1.01015/2024-15 (Embargos de Declaração)

Embargante: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP

Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que “Dispõe sobre ações voltadas à aposentadoria de membros, no âmbito da Política Nacional de Gestão de Pessoas do Ministério Público”.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Distrito Federal

17) Reclamação Disciplinar nº 1.01067/2024-55 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogado: Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA n.º 8.546

Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Maranhão

18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01278/2024-24

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Advogados: Felipe Augusto Ribeiro de Miranda – OAB/MG n.º 197.908; Rafael de Almeida Moura – OAB/MG n.º 112.571; Luciano Santos Lopes – OAB/MG n.º 74563

Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conduta incompatível com o cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00797/2024-10. Portaria CNMP-CODI/CN nº 42/2024.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Minas Gerais

19) Proposição nº 1.00668/2025-95

Requerente: Presidência

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Reconhecimento e pagamento, em sede administrativa, de novos direitos e vantagens com efeito retroativo pelos ramos e unidades do Ministério Público.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal

20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00702/2025-21

Requerente: Hyti Consultoria e Comercio de Tecnologia Ltda

Advogados: Jaques Fernando Reolon – OAB/DF n.º 22885; Ana Paula Pereira da Luz Mendes – OAB/DF n.º 57349; Amanda Helena da Silva – OAB/DF n.º 59514; Mateus Sena Lara – OAB/DF n.º 61569

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Desconstituição de despacho proferido pela Procuradora-Geral de Justiça. Negativa de provimento ao pedido de reconsideração interposto. Procedimento Nº 20.23.2671.0000012/2024-50. Manutenção da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. Pregão Eletrônico nº 46/2024.

Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto

Origem: Rio Grande do Norte

21) Pedido de Providências nº 1.00939/2025-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Wesley Pereira Sena

Recorrido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Alegação de irregularidades na condução de inquérito policial, referente a supostas agressões ocorridas nas dependências da Universidade de Brasília (UnB).

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

22) Notícia de Fato nº 1.01155/2025-29 (Recurso Interno)

Recorrente: Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Advogado: Justiniano Alves Junior – OAB/PA n.º 4351

Recorridos: Membros do Ministério Público do Trabalho

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Trabalho. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Pará

23) Notícia de Fato nº 1.01307/2025-84 (Embargos de Declaração)

Embargante: Karina Bueno Timachi

Embargado: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Goiás. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Goiás

24) Proposição nº 1.01340/2025-87

Requerente: Fernando da Silva Comin

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Câmara dos Deputados; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 287/2024. Atuação integrada do Ministério Público para a efetiva defesa e proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme Lei nº 13.431/2017 e Lei nº 14.344/2022.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

25) Conflito de Atribuições nº 1.01341/2025-30

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Notícia de Fato nº 1.30.007.000236/2025-58 (Inquérito Civil nº 04.22.0009.0008578/2023-04). Apuração referente a irregularidades em licitações no Município de Areal/RJ, consubstanciada em superfaturamento na aquisição de computadores para professores e alunos da rede pública municipal nos anos de 2021 e 2022.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Rio de Janeiro

26) Pedido de Providências nº 1.01372/2025-28 (Embargos de Declaração)

Embargante: Katiele Nunes da Silveira

Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Atuação. Parecer proferido por membro da Promotoria de Justiça de São Leopoldo. Desconsideração de irregularidades em laudo psicológico. Procedimento MPRS nº 00891.000.614/2022. Processo Judicial 5003396-67.2022.8.21.0033.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Rio Grande do Sul

27) Conflito de Atribuições nº 1.01417/2025-64

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.000.011701/2025-67. Notícia de Fato nº 00816.008.059/2025. Apuração da ausência de pagamento da pena de multa aplicada a apenado na Ação Penal nº 5001240-17.2020.4.04.7104/RS.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Rio Grande do Sul

28) Conflito de Atribuições nº 1.01460/2025-01

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Procuradoria da República – São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimentos SIS 0540.0052063/2025. Processo nº 5007531-93.2024.4.03.6110. Apuração da possível prática do delito previsto no art. 171, § 3º, do Código Penal. Desconto de parcelas de empréstimo não contratado.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: São Paulo

29) Conflito de Atribuições nº 1.01505/2025-48

Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Requerido: Procuradoria da República – Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Promotoria de Justiça de Bom Despacho. NF 02.16.0074.0288440.2025-87. Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. NF nº 1.22.012.000848/2025-43. Conflito Negativo de Atribuições. Apura infrações ambientais praticadas pela empresa MARCENARIA RANGEL LTDA, no Município de Bom Despacho/MG. Autos de Infração nº XWPEOL5M e nº DY9UP1HB expedidos pelo IBAMA.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Minas Gerais

30) Notícia de Fato nº 1.01543/2025-19 (Recurso Interno)

Recorrente: Patricia Lima Rodrigues

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Mato Grosso do Sul

31) Reclamação Disciplinar nº 1.01555/2025-70

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin

Origem: Amazonas

32) Notícia de Fato nº 1.01569/2025-30 (Recurso Interno)

Recorrente: Antonio Isael Gonçalves

Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: São Paulo

33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01576/2025-13 (Embargos de Declaração)

Embargante1: Daniel Isaac Barros de Souza Leão

Advogado: Vamario Soares Wanderley de Souza – OAB/DF n.º 69680

Embargante2: Rafael Hermizio de Souza Ribeiro e Beatriz Machado Gameleira

Embargado1: Ministério Público do Estado do Acre

Embargado2: Daniel Isaac Barros de Souza Leão

Advogado: Vamario Soares Wanderley de Souza – OAB/DF n.º 69680

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. XIII Concurso Público para Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre. Requer a correção da pontuação referente à avaliação de títulos do requerente, com a consequente reclassificação e republicação do resultado do certame. Pedido de Liminar.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Acre

34) Notícia de Fato nº 1.00002/2026-63 (Embargos de Declaração)

Embargante: Aldan de Araujo Neto

Embargada: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Advogados: Atila Pimenta Coelho Machado – OAB/SP n.º 270981; Gabriel Bustamante Pires Leal – OAB/SP n.º 542.586

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades da atuação funcional no bojo de processo judicial.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: São Paulo

35) Conflito de Atribuições nº 1.00053/2026-40

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0802128-24.2025.8.19.0601/Procedimento MPRJ n.º 2025.00745547. Apuração referente a possível crime de estelionato ou concorrência desleal, decorrente do oferecimento de serviços de internet, informando-se falsamente o encerramento das atividades prestadas pela empresa vítima do caso.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: São Paulo

36) Notícia de Fato nº 1.00061/2026-87 (Recurso Interno)

Recorrente: Enoque Martins Vieira

Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: Distrito Federal

37) Notícia de Fato nº 1.00084/2026-37 (Recurso Interno)

Recorrente: Clauro Roberto de Bortolli

Recorrido: Membro do Ministério Público Militar

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Militar. Informa a ocorrência de supostas irregularidades.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Distrito Federal

38) Notícia de Fato nº 1.00123/2026-41 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Elizandra Conceição de Souza Santos

Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades da atuação funcional no bojo de procedimento extrajudicial.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: São Paulo

39) Conflito de Atribuições nº 1.00136/2026-57

Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Goiás. Notícia de Fato nº 1.18.000.000224/2026-79. Apuração de possíveis irregularidades acadêmico-administrativas de natureza institucional, envolvendo a coordenação acadêmica do Curso de Medicina da Faculdade Zarns – Itumbiara.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Goiás

40) Pedido de Providências nº 1.00143/2026-30

Requerentes: Andreia Aparecida D'Moreira Arruda; Julia Karen Stallbaum Dominguez

Advogado: Onei Nicola Ferreira Filho – OAB/RS n.º 117.614

Requeridos: Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Procuradoria da República – Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Investigação a respeito da morte do cão "Orelha", em Santa Catarina. Possíveis vínculos familiares entre investigados e integrantes do sistema de justiça estadual, inclusive Promotores de Justiça. Pedido de acompanhamento para resguardar a moralidade administrativa,

integridade, credibilidade e legitimidade constitucional do Ministério Público brasileiro.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Santa Catarina

41) Conflito de Atribuições nº 1.00144/2026-94

Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA 238.9.218269/2022. Processo nº 0000132-79.2018.8.05.0206. Apuração de crime de estelionato praticado por conduta típica perpetrada pela internet.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Bahia

42) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2026-48 (Recurso Interno)

Recorrente: Aline Silva Albuquerque

Advogados: Artur Guedes da Fonseca Mello – OAB/DF n.º 79165-A; Rogerio Mello – OAB/MA n.º 22.692-A

Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Requerimento para designação de Promotora de Justiça à ocupação da Diretoria das Promotorias de Justiça de Estreito/MA. Pedido indeferido, em razão da Promotora requerente estar autorizada a exercer funções em trabalho remoto, de maneira híbrida. Pedido de reconhecimento da compatibilidade do exercício de Diretoria das Promotorias com o regime de teletrabalho. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Maranhão

43) Pedido de Providências nº 1.00177/2026-99

Requerente: Orestes Bemvenuto da Silva Filho

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento nº 01721.000.035/2022. Apurar supostos atos de improbidade administrativa. Utilização de rádios comunitárias para autopromoção pessoal e propaganda eleitoral antecipada. Irregularidades em procedimentos licitatórios.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Origem: Pernambuco

44) Pedido de Providências nº 1.00178/2026-42

Requerente: Orestes Bemvenuto da Silva Filho

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento 01721.000.005/2022. Apuração de possíveis irregularidades, envolvendo empréstimo realizado pela Prefeitura de Toritama, junto à Caixa Econômica Federal.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Origem: Pernambuco

45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00179/2026-04

Requerentes: Lauro Machado Nogueira; Marilda Helena dos Santos; Paulo Sergio Prata Rezende; Publius Lentulus Alves da Rocha

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Concurso público para ingresso na Carreira. Suspensão da reunião designada para o dia 23 de fevereiro de 2026 até que seja assegurada a participação dos membros titulares da Comissão do Concurso. Determinação para o respeito ao calendário já aprovado. Determinação para que as alterações no calendário deliberativo da Comissão somente ocorram mediante prévia deliberação colegiada. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Goiás

46) Conflito de Atribuições nº 1.00195/2026-70

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.000.002311/2025-29. Procedimento IDEA 591.9.500638/2025. Apuração de crime de racismo em manifestações em redes sociais (Whatsapp e Instagram).

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Bahia

47) Conflito de Atribuições nº 1.00209/2026-10

Requerente: Ministério Público Eleitoral

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Eleitoral. SAJ n.º 01.2025.00043270-8. Indícios de prática de atos de improbidade administrativa e uso indevido de recursos públicos por parte de vereador do Município de Belém, supostamente no âmbito das eleições de 2024.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Pará

48) Pedido de Providências nº 1.00279/2026-31

Requerente: João Carlos Ribeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Interessado: José Roberto Barbosa de Castro Filho

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Autuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 0108.25.001595-6. Apuração de descumprimento de prazo legal e negativa material de acesso a documentos públicos pela Prefeitura do Município de Pinhais.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Paraná

49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00281/2026-47 (Recurso Interno)

Recorrente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF n.º 32147

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Controle. Declaração de nulidade dos Editais de processos seletivos para Programas de Residência Técnica. Desrespeito ao art. 37, caput e inciso II, da Constituição da República, à Lei Federal nº 11.788/2008 e à Resolução CNMP nº 42/2009. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Rio de Janeiro

50) Pedido de Providências nº 1.00314/2026-21 (Recurso Interno)

Recorrente: Rogerouniello Rouniello de Franca

Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Análise de possíveis impactos ao exercício da função do Ministério Público do Projeto de Lei nº 4.675/2025. Regulamentação das "Big Techs".

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: Distrito Federal

51) Pedido de Providências nº 1.00330/2026-04 (Recurso Interno)

Recorrente: Rogerouniello Rouniello de Franca

Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Requer análise da conformidade da atuação ministerial relativa às condutas enquadradas como homofobia ou transfobia, com base na ADO nº 26 e no MI nº 4733.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

52) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00356/2026-17

Requerente: Carlos Martins Espinoza

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Promotoria de Justiça de Ponta Porã. Omissão. Possível ausência de fiscalização, por parte do Parquet, quanto ao cumprimento de acordo firmado com a Prefeitura de Ponta Porã, que visa à preservação, restauração e conservação dos córregos urbanos do município.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Mato Grosso do Sul

53) Conflito de Atribuições nº 1.00371/2026-38

Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará

Requerido: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú

Interessado: Sandoval Batista Freire

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. NF 01.2026.00007104-0. Ministério Público Federal no Estado do Ceará. NF 1.15.000.000319/2026-02. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possíveis irregularidades quanto à realização da colação de grau e a retenção indevida de documentos comprobatórios de conclusão do Curso de Psicologia, ministrado pelo Centro Universitário UNINASSAU, Campus Parangaba.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Ceará

54) Pedido de Providências nº 1.00372/2026-91

Requerente: Ueslei Uilson Costa Santos

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. 7º Promotoria de Justiça de Juazeiro. Promoção de Arquivamento da NF 003.9.103742/2026 sem a devida remessa ao Conselho Superior, nos termos da Resolução CNMP nº 174, de 2017. Desconsideração das provas apresentadas pelo requerente. Pedido de Providências.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Bahia

55) Conflito de Atribuições nº 1.00378/2026-13

Requerente: Procuradoria da República – Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.25.000.029494/2025-46. Inquérito Civil MPPR nº 0135.22.002205-1. Apuração de suposta fraude no Pregão Eletrônico nº 58/2022. Município de São José dos Pinhais/PR.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Paraná

56) Conflito de Atribuições nº 1.00379/2026-77

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuição. Procedimento 1.28.000.001582/2025-71. Procedimento 33.23.2000.0000044/2023-12. Acompanhamento das providências administrativas para garantir assistência à criança com Transtorno do Espectro Autista – TEA (CID F84). Município de Currais Novos/RN.

Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto

Origem: Rio Grande do Norte

57) Conflito de Atribuições nº 1.00382/2026-36

Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas

Requerido: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares

Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Ministério Público Federal. Autos n.º 02.2025.00009243-0 (Notícia de Fato n.º 1.11.000.001386/2024-13). Apuração referente à suposta venda de material pornográfico envolvendo crianças/adolescentes em grupos de WhatsApp.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Alagoas

58) Conflito de Atribuições nº 1.00389/2026-11

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Procedimento SIS 1599.0001068/2026. Notícia de Fato nº 02.16.0024.0336649.2026-58. Apuração de condutas abusivas da empresa UPBET Brasil Ltda.

Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto

Origem: Minas Gerais

59) Conflito de Atribuições nº 1.00394/2026-98

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.30.001.006684/2025-15. Procedimento MPRJ nº 2023.00174315 (SEI nº 20.22.0001.0078306.2025-57). Apuração da suposta prática do crime de lavagem de dinheiro, tipificado no artigo 1º, da Lei 9613/1998.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Rio de Janeiro

60) Conflito de Atribuições nº 1.00397/2026-59

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.004.000125/2026-04. Procedimento IDEIA 269.9.81127/2023. Apuração de supostas irregularidades na celebração do Contrato nº 269/2022, firmado entre o Município de Santaluz e a empresa ASCN Serviços e Engenharia Ltda.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Bahia

61) Notícia de Fato nº 1.00407/2026-83

Requerente: Cintia Amstalden Guardia

Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin

Origem: São Paulo

62) Conflito de Atribuições nº 1.00408/2026-37

Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.001.001134/2025-44. Procedimento SAJ 01.2025.00024639-6. Apuração de ausência de oferta de disciplina obrigatória por parte da Faculdade Anhanguera. Município de Parauapebas/PA.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: Pará

63) Conflito de Atribuições nº 1.00422/2026-02

Requerente: Ministério Público do Estado da Paraíba

Requerido: Procuradoria da República – Paraíba

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. IC 001.2023.052579. Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. NF 1.24.000.000194/2023-51. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possível prática dos crimes de invasão de dispositivo informático, de falsidade ideológica e de interceptação telemática envolvendo a Instituição de Ensino Veni Creator Christian University, cadastrada no Departamento de Estado da Flórida nos Estados Unidos da América.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Paraíba

64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00434/2026-56

Requerente: Pablo Medina Camacho

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anulação da decisão proferida pelo Conselho Superior. Homologação do arquivamento da Notícia de Fato nº 01514.001.833/2025. Determinação para retorno dos autos à origem e instauração de Inquérito Civil.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Rio Grande do Sul

65) Pedido de Providências nº 1.00457/2026-06

Requerente: Marília Palmerio Assumpção

Advogado: Andre Luis Faquim – OAB/MG n.º 95.536

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Atuação. Promoção de arquivamento. Inquérito Policial nº 0047610-89.2022.8.13.0701 (SEI 19.16.3857.0005988/2026-53). Apuração de crime de denúncia caluniosa, tipificado no art. 339, do Código Penal.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Minas Gerais

66) Conflito de Atribuições nº 1.00464/2026-90

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Maranhão. Notícia de Fato nº 1.19.001.000282/2025-74. Apuração de suposta ilegalidade na contratação de professor para o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), no Município de Colinas/MA.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Maranhão

67) Pedido de Providências nº 1.00492/2026-16

Requerente: Jeremias Araujo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Irresignação face à manifestação de representante ministerial, no sentido de encaminhamento à Promotoria Criminal de mensagens eletrônicas direcionadas pelo requerente a magistrado, que em tese podem configurar crime.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

68) Proposição nº 1.00516/2026-00

Requerente: Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Altera o Título VI do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público para prever que, nos recursos, as partes deverão estar obrigatoriamente representadas por advogados.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

RESOLUÇÃO Nº 330, DE 28 DE ABRIL DE 2026.

Altera o art. 14 da Resolução CNMP nº 310, de 29 de abril de 2025, para aumentar para 24 (vinte e quatro) meses o prazo fixado para a produção dos plenos efeitos da norma e para prever a sua implementação escalonada.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 130-A, § 2º, inciso II, da Constituição da República, e pelo artigo 147 e seguintes de seu Regimento Interno, em conformidade com a decisão plenária proferida nos autos da Proposição nº 1.00514/2026-00, julgada na 6ª Sessão Ordinária, realizada em 28 de abril de 2026;

Considerando que a implementação das diretrizes estabelecidas na Resolução CNMP nº 310, de 29 de abril de 2025, pressupõe condições institucionais adequadas, notadamente quanto à disponibilidade de recursos orçamentários, humanos, materiais e tecnológicos;

Considerando o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em diversos julgados, tem reafirmado a constitucionalidade do poder de investigação do Ministério Público, haja vista que o protagonismo do MP na investigação criminal e a sua competência para instaurar procedimentos investigatórios estão amparados pelo art. 129 da Constituição Federal;

Considerando que, por ocasião do julgamento da ADPF 635-Medida Cautelar, deliberou-se no sentido de que, no exercício da função institucional de controle externo da atividade policial, sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de crime doloso contra a vida, a investigação será um poder-dever do órgão do Ministério Público com atribuição para hipótese;

Considerando que, não obstante seja indiscutível o poder investigatório do Ministério Público, em decorrência do art. 129 da CF/88, assim como a atribuição ministerial para o controle externo da atividade policial, nos termos do art. 129, VII, da CF/88, não houve tempo hábil para a completa implementação de todas as providências previstas na Resolução CNMP nº 310, de 29 de abril de 2025;

Considerando a necessidade de adequação do prazo estabelecido no art. 14, a fim de que as unidades e ramos do Ministério Público promovam sua adequação e implementem as determinações constantes da Resolução CNMP nº 310, de 29 de abril de 2025, mediante modelo escalonado, orientado por planejamento institucional, RESOLVE:

Art. 1º O art. 14 da Resolução nº 310, de 29 de abril de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo plenos efeitos após 24 (vinte e quatro) meses de vigência, com exceção dos artigos 6º e 8º, que terão efeito imediato.